

O PAPEL EDUCATIVO DO JORNAL O SEXO FEMININO (1873-1874) PARA A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES EM CAMPANHA (MG)

THE EDUCATION ROLE OF THE NEWSPAPER O SEXO FEMININO (1873- 1874) FOR THE EMANCIPATION OS WOMEN IN CAMPANHA (MG)

Gabriela Marcondes dos Santos 1
Lourdes Madalena Conde Gazarini Feitosa 2

Resumo: Este artigo explora as estratégias de instrução veiculadas no jornal *O Sexo Feminino*, publicado em Campanha da Princesa/MG. Dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz (? – 1910) e organizado por um grupo de redatoras, os escritos tinham por finalidade estimular a emancipação das mulheres. Esta função educativa consiste na base deste estudo, que busca compreender de que maneira *O Sexo Feminino*, em seu primeiro ano (1873-1874), atuava como ferramenta pedagógica para suas leitoras. Foram analisados os editoriais e as seções de colaboração de 44 edições publicadas no período, disponibilizadas na Hemeroteca Digital Brasileira. Foi possível traçar as estratégias do jornal para funcionar como meio educacional entre as suas leitoras e a sua relevância para as mineiras do século XIX. Pode-se afirmar que *O Sexo Feminino*, apesar de não ser um jornal escolar, assumiu uma função didática a fim de cumprir seu objetivo de emancipar mulheres por meio da educação.

Palavras-chave: Educação Feminina; Jornal *O Sexo Feminino*; Brasil oitocentista.

Abstract: This article explores the educational strategies used in the newspaper *O Sexo Feminino*, published in Campanha da Princesa/MG. Directed by Francisca Senhorinha da Motta Diniz (? – 1910) and organized by a group of writers, the writings consisted of encouraging the emancipation of women. This educational function is the basis of this study, which seeks to understand how *O Sexo Feminino*, in its first year (1873-1874), acted as a pedagogical tool for its female readers. We analyzed the editorials and collaboration sections of 44 editions published in the period, available in the Brazilian Digital Library. It was possible to outline the newspaper's strategies to function as an educational means among its readers and its relevance to nineteenth-century Minas Gerais women. It can be said that although *O Sexo Feminino* was not a school newspaper, it took on a didactic function in order to fulfill its objective of emancipating women through education.

Keywords: Female Education; *O Sexo Feminino* newspaper; Nineteenth-century Brazil.

- 1 Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Licenciada em História pelo Centro Universitário do Sagrado Coração (Unisagrado/Bauru). Atualmente é professora da rede estadual de São Paulo em Garça, São Paulo, Brasil. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3528813270712540>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0116-6693>. E-mail: gabriela.marcondes@unesp.br
- 2 Doutora em História Cultural pela UNICAMP e pós-doutora em História e Cinema pela UNESP/ Bauru. Graduada e Mestre em História pela UNESP/ Assis. Membro do EuGeStA - Réseau de recherche on Gender Studies in Antiquity, da Université de Lilly/França e líder do grupo de pesquisa Gênero e sexualidade, cadastrado no CNPq. Professora/pesquisadora Adjunto II do Unisagrado/Bauru e do Programa de Mestrado em Educação Sexual da UNESP/Araraquara. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2127262265365601>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7479-6054>. E-mail: loufeitosa@uol.com.br

Introdução

“Para que serve a história das mulheres? [...] para fazê-las existir, viver e ser” (Priore, 2018, p.9). A afirmação da pesquisadora Mary del Priore, na apresentação do livro *História das Mulheres no Brasil*, foi utilizada como inspiração para a escrita deste artigo. Por muito tempo negligenciada, a história das mulheres tem recebido atenção reconhecida nas últimas décadas por meio das abordagens feministas e de gênero, que colocaram em debate o papel delas na história, procurando compreender as diferenças instituídas entre os sexos, as relações de poder e os discursos sobre as diferenças estabelecidas entre eles.

Estas discussões são acompanhadas de uma redefinição das abordagens teórico/metodológicas das pesquisas em Ciências Humanas, até então pouco atentas ao protagonismo feminino. Alargou-se o conceito de documento histórico e, além dos tradicionais escritos oficiais, também ganharam valor documental vestígios literários e arqueológicos, permitindo, desde então, “trazer para a História” as suas experiências e olhares. O seu propósito é o de uma nova história atenta às memórias e aos interesses na construção do passado; às pluralidades sociais e identitárias; às premissas históricas dos conceitos de cidadania e política; às representações e diferenças estabelecidas entre homens e mulheres (Feitosa; Funari, 2021).

Escreve-se aqui uma História das Mulheres, que se difere da história dos homens, considerada geral. E para isso utiliza-se as questões de gênero, intrincadas em relações de poder, nas quais os grupos dominados buscam fazer dos espaços de sua opressão as instâncias de suas resistências. São, portanto, as condições históricas específicas que permitem compreender melhor as relações de poder implicadas nos processos de submetimento dos sujeitos (Louro, 2014, p. 18-61).

A partir deste interesse, investigou-se as reivindicações pela educação feminina apresentadas no periódico *O Sexo Feminino*, publicado entre os anos de 1873 a 1889, originário na cidade mineira de Campanha e depois realocado para a capital do Império, o Rio de Janeiro, onde foi publicado por mais um ano, entre 1874-1875. Com um intervalo de 13 anos justificado pela contração de febre amarela pela redatora e suas filhas, o jornal retomou as suas atividades em 1889, quando ocorre a alteração de seu título para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, numa alusão ao novo sistema republicano e à visão de que, com a mudança, as mulheres também conquistariam sua emancipação.

Foram analisados aspectos de sua função educativa, suas principais ideias, seu conceito de emancipação, a participação social feminina, em particular no que concerne ao magistério, a maneira com que suas lutas extrapolaram as páginas do periódico, a tese de que as mães são melhores educadoras e sua rivalidade para com os homens nesse quesito, além da participação política de sua fundadora – ora mais discreta, ora mais explícita.

Para fins deste estudo, optou-se por examinar as 44¹ edições do primeiro ano do jornal a fim de compreender a sua função educativa em colaboração com a Escola Normal de Campanha. Os números do jornal foram analisados a partir de digitalizações disponíveis na Hemeroteca Digital Nacional, vinculada à Biblioteca Nacional Digital Brasil, um repositório de documentos históricos de acesso aberto.

A Imprensa Feminina

A imprensa periódica aparece como tema de estudo para compreender como as pessoas constroem seu conhecimento, seus valores e visões de mundo (Leibão, 2017, p. 315). Na segunda metade do século XIX, nota-se, no Brasil, a ampliação das escolas e o aumento de periódicos e do público leitor feminino. Os jornais foram um espaço significativo para a articulação de demandas sociais e políticas de grupos minoritários, dentre eles o das mulheres. Alguns exemplos destes são o *Jornal das Senhoras*, o primeiro jornal feminino de efetiva importância, lançado no Rio de Janeiro em 1852, fundado e dirigido por Joana de Paula Manso de Noronha e *O Belo Sexo* (1862), dirigido por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar. Diversos outros foram lançados na década de 1870 como

1 Edições 1 a 45, com o número 43 faltante (não está disponível no acervo da Hemeroteca Digital).

O Sexo Feminino (1873), de propriedade de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, aqui em análise; *O Domingo*, editado no Rio de Janeiro por Violanta Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco; *Jornal das Damas* e *Eco das Damas*, de Amélia Carolina da Silva Couto, ambos de circulação na Corte; *O Domingo*, de 1874; [...] *Myosótis*, de 1875 e *A Família*, lançado em 1889 (Almeida, 1998; Souza, 2012; Andrade et al, 2021).

Segundo Louro (2018), em “Mulheres na sala de aula”, a educação feminina no Brasil começou a tomar um rumo lento e gradual a partir da Proclamação da Independência do Brasil, em 1822. A fim de “apagar” a marca histórica do atraso colonial, o discurso educacional tomou lugar em uma sociedade com altos índices de analfabetismo e ainda escravocrata. Em 1827, foi decretada a primeira legislação que instituiu escolas de primeiras letras: dever-se-ia saber ler, escrever e desenvolver as quatro operações matemáticas. Logo começam a surgir distinções entre o que deveria ser ensinado a meninos e meninas e foram elaborados currículos distintos que separavam os dois gêneros, em uma clara separação intelectual e também física (Rodrigues, 2016).

Não se pode, porém, verificar o ensino de meninos e meninas sem inseri-los em critérios de classe, raça e etnia (Munanga, s.d.). As crianças pobres, escravizadas e indígenas não foram incluídas nesse processo e sua grande maioria não tinha acesso às escolas. As meninas de grupos sociais abastados, por sua vez, eram educadas com o objetivo de serem boas esposas e boas mães. Seus pais pagavam tutores para lhes ensinar as atividades domésticas, a formação moral e a doutrina religiosa com o intento de conquistarem um bom casamento e serem aptas para zelar pelo seu marido e bem representá-lo na sociedade (Louro, 2018). Estes critérios étnico, raciais e simbólicos tendiam a estabelecer uma clara distinção dos lugares sociais a serem ocupados pelos variados grupos sociais, aspectos compreendidos por Bourdieu (1989, p. 11) como:

[...] instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo, assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados.

Deste modo, a dificuldade e/ou a impossibilidade de as mulheres (meninas) receberem instrução equivalente à dos homens (meninos) e de ocuparem os mesmos espaços caracterizavam facetas deste mecanismo de violência simbólica e a tendência de reproduzir a ordem social vigente. Ao compor os currículos das escolas femininas com noções de economia doméstica e moral religiosa, construíam-se os aspectos da feminilidade desejáveis para as mulheres do século XIX.

Entretanto, como enfatiza Louro (2000, p. 16-17), a produção dos sujeitos não é um processo no qual:

[...] participam como meros receptores, atingidos por instâncias externas e manipulados por estratégias alheias. Ao invés disso, os sujeitos estão implicados, e são participantes ativos na construção de suas identidades. Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos. Na constituição de mulheres e homens, ainda que nem sempre de forma evidente e consciente, há um investimento continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de suas formas de ser ou “jeitos de viver” sua sexualidade e seu gênero.

E é justamente este processo de ressignificação do sentido de ser mulher e dos lugares de gênero até então estabelecidos que se colocava em pauta em meados do século XIX por meio da imprensa periódica feminina, com ênfase na importância da educação de mulheres para a modernização do país. Em uma perspectiva histórica, a imprensa chega ao Brasil em 1808 e se

desenvolve como sujeito e objeto da história brasileira, consolidando-se como propagadora da opinião pública popular (Martins; Luca, 2012, p. 9) A imprensa feminina, por sua vez, ocorre com o letramento das primeiras mulheres:

[...] independentemente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo das analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contem. Mais do que livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência (Duarte, 2017, p. 14).

A imprensa periódica feminina surgiu como um veículo de divulgação das ideias dessas mulheres que, em grande parte, defenderam a educação feminina e a sua aptidão para o ensino e o trato das crianças, justificada pelo afeto maternal considerado inerente às mulheres. “Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, a ‘extensão da maternidade’” (Louro, 2018, p. 450).

Com a fundação de Escolas Normais para a formação e profissionalização do professorado primário, as mulheres tiveram a oportunidade de adentrar o ambiente educacional e construir para si uma carreira no magistério. Enfatiza Louro que os relatórios escolares demonstraram que a atividade feminina nas Escolas Normais ultrapassava em número a formação masculina, o que caracterizou o início do processo de feminização do magistério. Este representou, também, a possibilidade de um trabalho temporário para muitas delas, para preencherem o seu tempo até que se casassem e pudessem desempenhar sua função principal de esposa e mãe. Tal argumento foi também utilizado para justificar os baixos salários que essas professoras recebiam, uma vez que sua ocupação não deveria servir para torná-la (2018, p. 449).

É neste contexto social que surge o periódico *O Sexo Feminino*, fundado por uma professora da Escola Normal, em Campanha da Princesa, Minas Gerais. Francisca Senhorinha da Motta Diniz utilizou-se de sua condição de educadora para promover, por meio do jornal, a educação de outras mulheres, afirmando que esta seria a condição primordial para a emancipação delas na sociedade.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz e *O Sexo Feminino* (1873-1874)

Francisca Senhorinha da Motta Diniz nasceu em São João del-Rei, Minas Gerais, em data desconhecida e faleceu no Rio de Janeiro, então capital brasileira, em 1910. Foi casada com José Joaquim da Silva, redator do periódico *O Monarchista* – e dono da tipografia onde foram impressos os números de *O Sexo Feminino* – e professor de pedagogia da Escola Normal de Campanha, onde ela exerceu a cadeira de professora. Juntos, tiveram três filhas: Amélia Diniz, Albertina Diniz e Elisa Diniz Machado (Andrade, 2006, p. 22).

Além de professora, Francisca Diniz foi escritora, jornalista e redatora de jornais. Dentre os jornais que produziu em parceria com colaboradoras, pode-se citar: *O Sexo Feminino* (1873-1889), *Primavera* (1880), *A Voz da Verdade* (1885)² e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1890), além de ter publicado um livro em coautoria de sua filha, Albertina Diniz, intitulado *A Judia Rachel* (1886).

A trajetória de vida de Francisca estava intimamente ligada à sua produção. A partir do seu letramento e de sua formação como professora, logo se destacou na imprensa por meio de seus escritos, sendo a responsável por fundar, dirigir e escrever em periódicos que manteve ora com apoio

² A *Voz da Verdade* (1885) foi identificado no trabalho intitulado “O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873/1874)”, dissertação de mestrado de Cecília Vieira do Nascimento (2004), disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-85VJKG>. Segundo a autora, não há arquivos do jornal que resistiram ao tempo, tratando-se, infelizmente, de uma publicação perdida.

do marido, ora sozinha. Seus jornais eram escritos por ela e por um conjunto de colaboradoras, que, em maioria, permaneceram anônimas. Preocupava-se com o conteúdo de suas produções, pois tinha afinidade com o conhecimento científico e uma vasta bagagem literária,

Evidências do conhecimento da jornalista estão no fato de ela citar e compreender a língua francesa. Além disso, ela percorre momentos importantes da história por meio da citação de atitudes de mulheres de destaque na sociedade, como a princesa Izabel e as escritoras George Sand, Stael, Izabel de Hespanha. Essas marcas do discurso contribuem para relevar não só a capacidade intelectual de Senhorinha, como também a argumentativa, uma vez que ela recuperar fatos, datas e pensadores para articular suas ideias de emancipação (Rosa, 2011, p. 97).

Além disso, Senhorinha apresentava leituras de autores diversos como Aristóteles, Voltaire, Rousseau, Michelet, Stuart Mill e Lamartine, demonstrando sua preocupação em manter-se estudada e atualizada para a produção de um periódico de qualidade (Souto, 2013, p. 49). Logo, os jornais redigidos por ela constituem acervos próprios de produções intelectuais, dada a variedade dos temas tratados e seu empenho em desenvolver o interesse feminino pela educação por meio de seus escritos.

O Sexo Feminino, aqui em análise, teve seu primeiro número publicado em 7 de setembro de 1873, na cidade de Campanha da Princesa, Minas Gerais, data escolhida em alusão à independência do Brasil, e simbólica para os objetivos do jornal que era o de reivindicar a independência feminina na sociedade oitocentista. Segundo o jornal³: “Pois bem, este dia marcará também em nossa história pátria uma época não menos memorável—a independência da mulher, cujo echo se faz ouvir na imprensa por um órgão—O Sexo Feminino” (SF, 1873, ed. 1, p. 2)⁴.

O periódico tinha como subtítulo “Semanário dedicado aos interesses da mulher”, e contava no cabeçalho com um pensamento de Aimé Martin: “É por intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem”. Em seu primeiro ano, dividia-se entre seções de literatura, noticiário, avisos, anúncios, colaborações, editoriais, teatro, folhetins, variedades, poesia, moral social, religião, transcrição, moral religiosa e cartas de leitores. Contava com diagramação em 2 colunas e 4 páginas por edição, com periodicidade semanal. *O Sexo Feminino* tinha assinaturas mensais e semestrais, sendo a primeira no valor de 5\$000 e a segunda de 2\$500. Abaixo, a imagem do cabeçalho do primeiro número:

Figura 1



Fonte: SF, 1873, ed.1, p.1 (Hemeroteca Digital)

O primeiro ano de *O Sexo Feminino* contabilizou um total de 45 edições. “Para melhor avaliar o surgimento desse periódico basta lembrar que viviam na cidade de Campanha 20.071 mulheres, das quais 1.158 sabiam ler e escrever.” (Buitoni, *apud* Duarte, 2017, p. 52). Logo, a mudança para a capital do Império auxiliaria na ampliação e divulgação do jornal e suas ideias, saindo da marca de

3 Com o objetivo de manter o estilo da escrita, preferiu-se manter a ortografia da época.

4 Utiliza-se SF como abreviação para referenciar o jornal O Sexo Feminino.

800 exemplares impressos em Campanha, para 4.000 nos primeiros 10 números no Rio de Janeiro (Duarte, 2017, p. 190).

A fim de identificar o público-alvo do jornal, é essencial ater-se à seção “Cartas de Leitoras”. Segundo Hahner (2010, p. 315), “De acordo com o censo de 1872, apenas 19,8% dos homens e 11,5% das mulheres sabiam ler e escrever”. Mediante esse dado e o fato de o jornal receber considerável quantidade de cartas de leitoras, pode-se cogitar que seu público fosse majoritariamente – se não inteiramente – de mulheres de classe alta abastada. Até a década de 1870, poucas brasileiras estavam alfabetizadas, pois o senso comum patriarcal se opunha com firmeza à instrução feminina e às mudanças que daí podiam advir (Duarte, 2017, p. 24).

A pauta de *O Sexo Feminino* consistia no chamado de mulheres para a vida escolar, enfatizado pela redatora chamava como a oportunidade “racional de emancipação da mulher”. Os escritos do jornal divulgavam a ideia de que as mulheres conquistariam sua emancipação social por meio da educação.

Por meio de seu vínculo com a Escola Normal, também eram publicados exercícios de Língua Portuguesa e Matemática, além de charadas e outros enigmas a serem resolvidos pelas leitoras. As respostas eram publicadas nos números posteriores. Havia o incentivo para que as leitoras escrevessem para a redação, como meio de praticar suas habilidades, e algumas cartas eram publicadas na seção Carta das Leitoras.

O conceito de emancipação defendido por Senhorinha em seu jornal é complexo e deve ser discutido com atenção, uma vez que ora as publicações reiteravam que a emancipação condizia apenas às mulheres, ora a relacionavam ao homem (seu marido), aos filhos e ao lar. Isso se deve ao fato de o jornal ser escrito por colaboradoras que muitas vezes divergiam em suas opiniões e poucas vezes assinaram suas colunas, o que dificulta o trabalho historiográfico de associar as ideias divulgadas no jornal às suas respectivas autoras.

Por um lado, a emancipação feminina estava condicionada ao homem, ou o incluía. Há passagens em que o jornal defendia que a educação tiraria a mulher de seu posto de invisibilidade diante do homem, afirmando que “não serão escravas, nem um móvel de casa, serão o anjo da guarda do homem” (SF, 1873, ed. 9, p. 1). É constante a menção de que a emancipação da mulher seria proveitosa para o homem, já a educação complementar o seu papel de esposa e mãe da mulher.

Defendia-se que a educação feminina seria um investimento de seu marido, pois esta teria a instrução necessária para a educação inicial de seus filhos

Se todos compreendessem a utilidade da instrução da mulher entre nós, instrução que pouparia muito á bolsa do marido que na educação dos filhos tem gasto grande parte de sua fortuna, a sciencia não formaria sem duvida uma espécie de aristocracia da intelligencia, e o homem, que, logo na infância, não encontra outro guia si não sua mãe, se tornaria mais apto, para o desenvolvimento na viagem, que, neste mundo, faz do seu nascimento ao tumulo (SF, 1874, ed. 32, p. 3).

Instruída, educaria melhor seus filhos nos princípios da moral idealizada e nos bons costumes, que seriam complementos de seu “afeto maternal”. Por consequência, esses homens bem educados e instruídos por suas mães fariam a diferença na sociedade.

Além deste argumento, encontram-se outros que defendem a instrução como importante para a própria mulher, como pessoa, como observado na edição 10:

Sede independentes do homem por meio de uma educação apurada que deveis vos procurar; cultivai sobre tudo vossa intelligencia com a maior somma de instrucción que puderdes; ornai o vosso espirito com o temor de Deos, expurgai a vossa alma desses vãos temores de embustes supersticiosos; amai o trabalho (SF, 1873, ed. 10, p. 2).

Esta passagem evidencia uma emancipação que diz respeito somente à mulher, desvinculando-a do homem. O caminho para tal elevação seria o de ater-se à sua instrução. Na edição 16, há um apelo para que os condutores da lei revejam a situação das mulheres no que concerne ao seu papel na sociedade:

Estas succintas considerações só por si e independentemente de outras que em anteriores números desta folha temos feito, são suficientes para que pecamos aos nossos legisladores que meditem um pouco sobre a grande desigualdade de condição civil e política entre os dous sexos no Brasil, na útil influencia que podem exercer as mães e esposas sobre o espirito dos cidadãos, pois que se convencerão facilmente da urgente necessidade de uma mudança na nossa legislação e costumes em favor do nosso sexo (SF, 1873, ed. 16, p. 2).

Os argumentos defendem a liberação feminina por direitos civis e políticos, pelo direito de praticar e exercer a sua educação e educar e instruir os seus filhos, muito além dos cuidados domésticos.

Na edição 26, na coluna de Colaboração, em um texto intitulado “Primasia da mulher em relação ao homem”, é apresentada uma abordagem mais radical sobre a emancipação feminina. Seguem-se citações como: “A mulher é em tudo superior ao homem”; “A liberdade vossa é apenas fofa e aparente; sem a mulher nem vida tereis” (SF, 1874, ed. 26, p. 2). E prenuncia:

Tempo virá em que a vossa violência será repelida e vosso predomínio derrubado pelo poder da instrução dada à mulher. [...] Acordai do somno em que há mais de 6 mil annos tendes jazido, e erguei a mulher à altura em que o próprio Deos a collocou, si não quereis vossa própria ruina, o completo desanimo e a estacionaridade do gênero humano (SF, 1874, ed. 26, p. 3).

Manifestava-se um posicionamento de cunho mais incisivo, onde a mulher era vista não somente como tão capaz quanto o homem, mas mais capaz do que ele, tendo sua superioridade atestada. O texto é assinado por Amelia Augusta Diniz, uma das redatoras que registrava a sua assinatura e com ideias mais progressistas.

As autoras enfatizam, ainda, que as mulheres despertavam para as suas lutas: “Devo prevenir ao sexo masculino que não pense que as mulheres estão adormecidas pelo somno do indifferentismo; não, algumas já se tem feito ouvir, e outras levadas por sua modéstia não tem querido externar seus pensamentos pela imprensa” (SF, 1874, ed. 45, p. 1).

O jornal defendia não apenas uma educação feminina, mas também uma educação por meio de mulheres. Buscava-se incentivá-las a ocupar um espaço que, no imaginário social, vinha sendo arquitetado como de pertencimento feminino (Nascimento, 2004, p. 92). A mãe foi a protagonista dos argumentos dessas reivindicações, justificados por possuírem um instinto particular que as tornavam mais aptas para o papel educativo. Essa educação, ministrada pela mãe de família a outras mulheres, tinha como objetivo primeiro fecundar as bases da virtuosidade esperada pela sociedade da época e, como consequência, ampliar um nicho de mercado para essas mulheres: o professorado. Ao adquirir a instrução necessária para lecionar, a mulher se libertaria das correntes sociais impostas a ela. Assim, conquistaria sua emancipação.

A partir das passagens evidenciadas no jornal é possível notar que o conceito de emancipação, embora muitas vezes associado à figura masculina, constituía um desejo de independência. Esse desejo, por sua vez, só seria atingido quando a mulher conquistasse os direitos necessários para educar-se e exercer a profissão do magistério – ou outras profissões das quais as mulheres oitocentistas letradas tinham acesso.

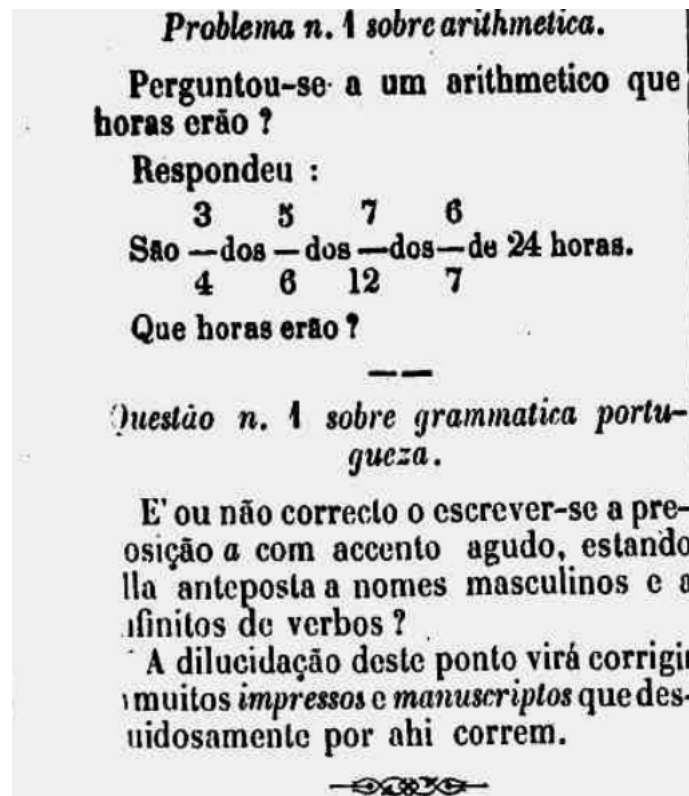
Estratégias educativas em *O Sexo Feminino* (1873-1874)

Ao partir da premissa de emancipar mulheres por meio da educação, *O Sexo Feminino* se propôs a funcionar como um veículo educacional para suas leitoras por meio da publicação de exercícios de Língua Portuguesa e Matemática em colaboração com a Escola Normal de Campanha. E, para além destes, reproduzia também traduções de textos em francês, sonetos, poesias, poemas, folhetins, charadas e enigmas.

Na primeira edição do jornal, datada de 7 de setembro de 1873, na coluna de Colaboração, exaltou-se o fato da cidade de Campanha da Princesa ter recebido uma sede da Escola Normal e publica os nomes de todas as normalistas que frequentarão a escola naquele ano. A seção finda com os dizeres: “Assim como uma faísca de fogo pôde causar um grande incêndio, assim também a escola normal preparando professoras pôde ser o indicio precursor de que se aproxima a epoca da regeneração da mulher” (SF, 1973, ed. 1, p.3).

Na segunda edição, a coluna de colaboração publica, pela primeira vez, dois exercícios a serem desenvolvidos pelas assinantes, cujas respostas sairiam na seção seguinte, conforme ilustram as imagens:

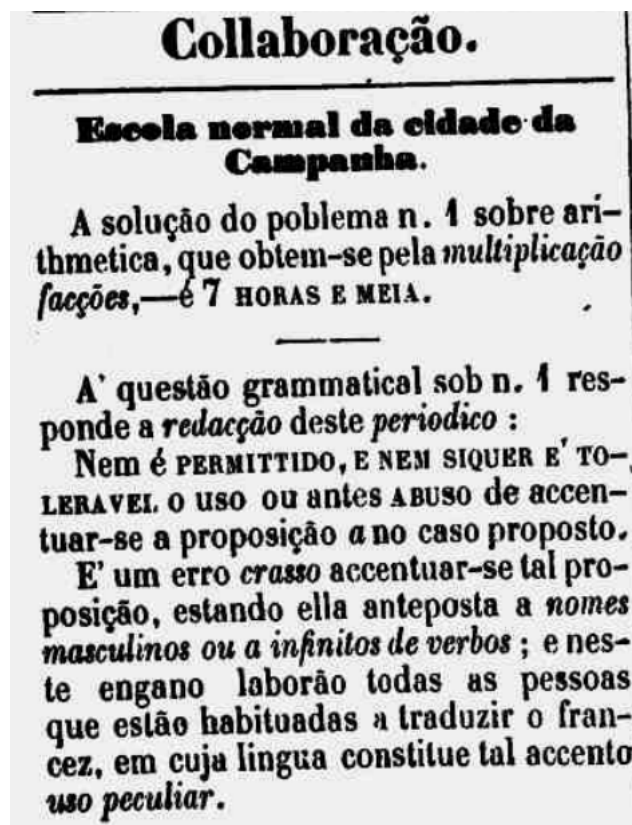
Figura 2



Fonte: SF, 1873, ed.2, p.1 (Hemeroteca Digital)

Na figura 2, destacam-se dois exercícios propostos pelo jornal. O primeiro, um problema matemático no qual as assinantes deveriam efetuar o cálculo proposto a fim de descobrir o horário questionado a um aritmético. O segundo, uma questão gramatical sobre a utilização do acento agudo na preposição “a”, sobreposta a nomes masculinos e infinitos de verbos. O jornal salienta que essa regra gramatical é de vital importância e que seu desconhecimento tem perpassado outros impressos.

Figura 3

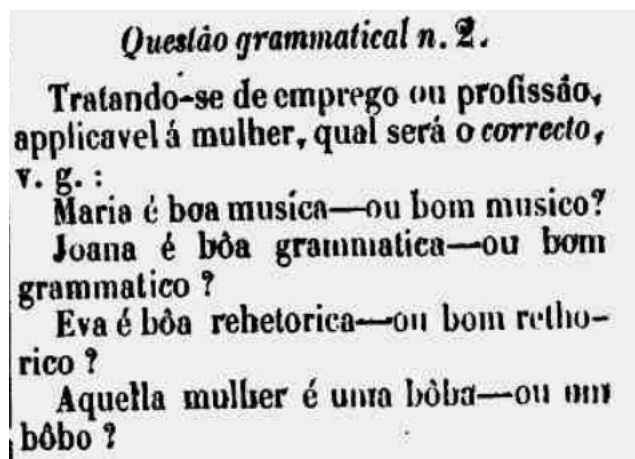


Fonte: SF, 1873, ed.3, p.2 (Hemeroteca Digital)

Na edição seguinte, o jornal corrige os dois exercícios propostos. Primeiro, dá a solução para o problema matemático de que o horário perguntado ao aritmético era 7 horas e meia. Enquanto sobre o exercício de gramática, expõe que não é permitido o uso de acento na preposição “a” antecedendo a nomes masculinos os infinitos de verbos. Elucida ainda que tal erro gramatical deriva de traduções do francês onde tal acentuação é permitida. No final da coluna, o jornal informa que um normalista enviou corretamente a resolução para a redação.

Na sequência, a terceira edição publica exercícios para serem resolvidos na quarta edição, e assim por diante. Tão rápida quanto a publicação do jornal, seu sucesso fez chegar a outras redações, que dialogam com *O Sexo Feminino* de maneira polêmica: contestando-o. Na edição 3, é publicado uma nova questão gramatical, como pode ser observado a seguir:

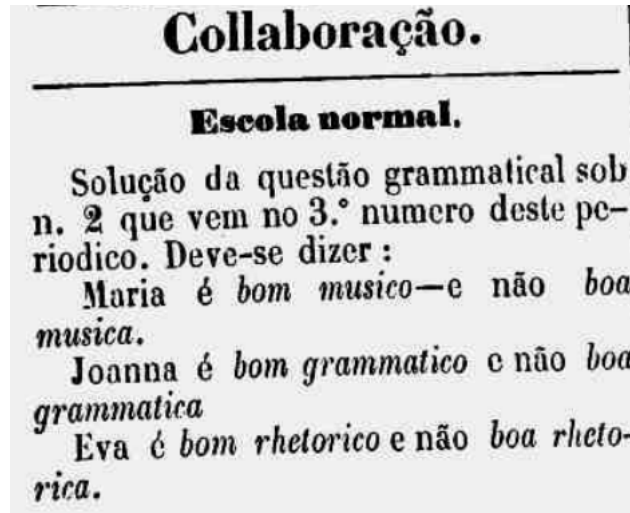
Figura 4



Fonte: SF, 1873, ed.3, p.2 (Hemeroteca Digital)

Na figura 4, a segunda questão gramatical é publicada pelo jornal. Nela, propõe-se que as assinantes desenvolvam as frases dando o emprego correto dos adjetivos femininos. Na 4ª edição, publica-se sua resolução:

Figura 5



Fonte: SF, 1873, ed.4, p.2 (Hemeroteca Digital)

De acordo com a figura 5, o emprego correto seria: “Maria é bom musico”; “Joanna é bom grammatico”; “Eva é bom rhetorico” e “Aquella mulher é um bôbo”. Na sequência da mesma coluna, mais exercícios matemáticos são propostos, porém, enfatiza-se a discordância de um professor sobre este exposto.

Na décima edição, publica-se que o Sr. Dr. João Joaquim Albuquerque, professor de gramática do Liceu Mineiro e da Escola Noturna de Ouro Preto contestou a resolução de tal exercício. A nota foi publicada no jornal Diário de Minas, nº 149. Nela, além das explicações conceituais da norma gramática da época – que não cabem aos objetivos deste estudo – o dito professor ressalta que: “Conhece-se o gênero dos substantivos ou pela terminação, ou pela significação; sendo por isso do gênero masculino aquelles que exprimem artes, ou profissões exercidas por homens; o do feminino os quo exprimem as que forem exercidas por mulheres.” (Diário de Minas, 1873, ed. 149, p. 4). Dessa forma, o professor corrige o exercício publicado no nº 4 de *O Sexo Feminino* como: “Maria é boa musico, e não bom musico. Joanna é boa grammatico, e não bom grammatico. Eva é boa rhetorico, e não bom rhetorico. Aquella mulher é uma bobo o não um bobo.” (Diário de Minas, 1873, ed. 149, p. 4).

Como resposta, *O Sexo Feminino* rebate que:

Póde acontecer que os lentes desta escola não compartilhem desse modo de pensar manifestado por *uma normalista*; mas quando o cavalheiro distincto provocador do combate intellectual não queira esgrimir seus talentos com uma discipula, em honra da escola normal da cidade da Campanha, em sustentação de seus fóros de cidade illustrada, em abono de seu credito inabalado, e em frente da autonomia de um estabelecimento official um lente desta escola está prompto a erguer a luva e bater-se até succumbir todas as vezes que fôr provocado para o terreno da cultura dos estudos da lingua vernacula” (SF, 1873, ed. 10, p.4).

Dessa forma, *O Sexo Feminino* reconhece o desafio proposto pelo dito professor e se incumbem de demonstrar que sua correção é equivocada. No editorial da 12ª edição do jornal, assinado por Amelia Diniz – filha de Francisca Diniz – lança-se para resolver o impasse, e corrige a nota do Dr. Fonseca citando as obras de “Passos, dictionario grammatical portuguez; [...] Freire, reflexões sobre a lingua portuguesa; e João de Barros, em sua grammatica portuguesa” (SF, 1873,

ed.12, p.1), que legitimam as regras gramaticais utilizadas pelo jornal para solucionar a questão proposta e aproveita para questionar o lugar que o professor ocupa moralmente: “Teremos aqui aquella celeberrima sentença – *falla quem póde – está acabada a questão?!?*” (SF, 1873, ed. 12, p.1). Com isso, Albertina Diniz valida seu discurso em detrimento da desvalorização do conhecimento gerado e desenvolvido pelas mulheres.

O caso ressalta-se de importância, pois demonstrou não apenas o alcance que o jornal tinha ao ser lido por professores – homens – de outras escolas normais, como pela ousadia das redatoras de *O Sexo Feminino* de argumentarem contra seus opositores e defenderem suas ideias com propriedade e convicção.

Findado este caso, infelizmente não se encontrou mais exercícios publicados em colaboração com a Escola Normal. Porém, o jornal não desistiu de se colocar como um veículo educativo para suas leitoras, adotando outros tipos de estratégias para estimular a instrução e o conhecimento. Dentre estes destacam-se a publicação de textos literários, traduções, transcrições de artigos de outros periódicos, livros e palestras, poesias, poemas, charadas, enigmas, além do anúncio na coluna de livros e enciclopédias. Aspectos observados no editorial da 14ª edição:

Em tal intento não deixaremos de apresentar extractos de algumas obras que se dirigão ao mesmo fim, isto é, á nossa illustração, e á nossa capacidade intellectual para receber as luzes que se nos quizerem dar. Transcreveremos algumas partes da historia antiga e moderna em que encontrarmos exemplos dignos de ser imitados, como por exemplo, as Cornélias, as Porcias e muitas outras que praticarão actos de valor e acções virtuosas, com especialidade as nossas amáveis patricias (SF, 1873, ed. 14, p. 1).

Dessa forma, o jornal se colocava como veículo de instrução e adquiria uma função educativa. Outro ponto importante é o seu apelo para que suas leitoras lhes escrevessem, como se destaca em: “E’ tempo já de surgir na nossa litteratura algum nome brasileiro que honre e illustre o Sexo Feminino” (SF, 1873, ed. 11, p. 3) e “Avante, pois, minhas patricias! A penna seja nossa arma. Pedimos às nossas colaboradoras que seus artigos sejam assignados” (SF, 1873, ed. 14, p.1).

Os excertos defendiam a urgência de surgir novas escritoras brasileiras e incentivava as mulheres a escreverem para o jornal como meio de praticarem suas habilidades. Também enfatizavam a importância das leitoras assinarem os textos enviados para publicação a fim de fortalecer os ideais das mulheres e o próprio veículos que os divulgavam. Neste primeiro ano de jornal, observou-se pouca adesão a esta demanda, pois poucos eram os textos assinados publicados na seção “Cartas de Leitoras” e a maior parte da contribuição das leitoras era em formato de poemas e poesias, enviados de forma anônima.

Sobre a importância de o periódico mediar e instruir suas leitoras a exercerem suas capacidades de raciocínio e escrita, Souto (2013, p. 40) considera que este incentivo era fundamental na época, pois no século XIX, mesmo na Europa, o acesso ao livro era “algo de sagrado e masculino”, assim como a leitura dos periódicos que, muitas vezes, só era permitido à mulher espiar os romances inseridos nos folhetins. Assim, além da premissa de o jornal ser “dedicado ao nosso sexo e escripto por nós” (SF, 1873, ed. 14, p. 1), ele servia como meio de instrução para as mulheres de Campanha, para reflexão sobre o seu lugar social e de suas demandas enquanto um grupo que se constituía.

Considerações Finais

Enfatiza-se o papel fundamental da imprensa no processo de emancipação feminina no século XIX. O jornal *O Sexo Feminino* se fez de veículo para que Francisca Diniz e suas colaboradoras ousassem reivindicar não só uma educação para mulheres, mas feita por mulheres, consideradas por elas como educadoras natas, dotadas de um sentimento maternal que as consagrava no papel de professora. Contudo, para que estivessem capacitadas para o magistério, deveriam ser educadas tão bem quanto os homens, estes, considerados inaptos para este exercício. Francisca Diniz se mostrou uma mulher instruída e politizada e ela própria um exemplo de emancipação, tanto como

boa esposa quanto mulher independente, professora e jornalista.

A educação feminina foi apresentada por este grupo de mulheres como o caminho para libertar as mulheres das amarras sociais de seu sexo e, por consequência, prepará-las para novas atuações no campo social. Educada, elas poderiam exercer uma profissão e ter mais autonomia, uma vez que “despertadas de seu estado de indiferentismo”, não se deixariam ser inferiorizadas.

As “lutas de papel” travadas por essas mulheres na imprensa foram de relevante importância para popularizar as demandas femininas por educação e consolidar o fenômeno da feminização do magistério. O caso de *O Sexo Feminino* ilustra o intento de Francisca Diniz e de suas colaboradoras de se fazerem ouvir neste contexto histórico e elas se utilizaram de suas condições de letradas para reivindicar os direitos daquelas que não tinham a oportunidade de se fazerem ouvir por meio de sua escrita.

Em um mundo majoritariamente masculino e diante de sistemas simbólicos que atuavam como instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, como enfatizado por Bourdieu, é significativo reconhecer que, mesmo diante das desigualdades e dos padrões das relações de gênero defendidos na época, o investimento contínuo e persistente de sujeitos femininos tornou possível a (re)definição de suas formas de ser e de constituir as relações de gênero, como destacado por Louro.

Assim, conclui-se que *O Sexo Feminino*, ao defender a emancipação das mulheres via educação, funcionou ele próprio como veículo dessa instrução no diálogo com suas leitoras, na divulgação de suas ideias e na influência de uma nova ordem social mineira moldada também pelo protagonismo feminino.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e Brasil. In: SAVIANI, Demerval *et al.* **O Legado Educacional do Século XIX**. Araraquara-SP: UNESP, 1998.

ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. **Estratégias e Escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no Século XIX (1873/1890)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-6WXHM7/1/fernanda2006.pdf>. Acesso em 22 abr. 2024.

ANDRADE, Hélio G; FEITOSA, L. C.; FUNARI, Pedro Paulo A. A tradução de Ovídio, o poeta do amor, no Império do Brasil: o “erótico”, a moral e a educação no século XIX. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 206-218, maio-ago. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/18847>. Acesso em 12 jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1 ed. Lisboa: Difel: Difusão Editorial, 1989.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: século XIX**. 1º ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

FEITOSA, Lourdes Conde; FUNARI, Pedro Paulo. Protagonismo feminino. **Revista Mythos**, Imperatriz, ano v, n. 2, p. 8 – 19, jun 2021. Disponível em: <https://www.resenhacritica.com.br/ultimos-dossies-incorp/mulheres-no-mundo-antigo-mythos-revista-de-historia-antiga-e-medieval-2021/>. Acesso em 08 fev. 2024.

HAHNER, June E. A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. **Revista Gênero**, Niterói, v.10, n.2, p. 313-332, 1º sem. de 2010. Disponível

em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30882/17970>. Acesso em 24 maio 2024.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. 1º ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEIBÃO, Matheus de Carvalho. História e imprensa em diferentes tempos e a importante contribuição teórica de Antonio Gramsci. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 314-328, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del. (orgs). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

LUCA, Tânia Regina *et al.* Os jornais como fontes de pesquisa histórica. **XVIII Encontro Sergipano de História e IV Encontro de Pós-Graduação em História**. TV UFS. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i-X0cvfpvUE&ab_channel=TVUFS. Acesso em: 11 de ago. 2024.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Inclusão Social: um debate necessário?** Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, [s.d]. Disponível em:

NASCIMENTO, Cecília Vieira. **O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873/1874)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-85VJKG/1/disserta_o.pdf
Acesso em 14 mar. 2024.

RODRIGUES, Paulo Jorge. **Coeducação dos sexos no estado de São Paulo na Primeira República (1889-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/c51dba00-d84b-487d-bb7f-a82919348e2d>. Acesso em 10 fev. 2024.

ROSA, Gerlice Teixeira. **Ethos e argumentação de Senhorinha Diniz em O Sexo Feminino**. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/DAJR-8GLQY5/1/1409m.pdf>. Acesso em 16 mar. 2024.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **“Senhoras de seu destino”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4039>. Acesso em 13 abr. 2024.

SOUZA, C. R. S. R. Periódicos Feministas do Século XIX: Um Chamado à Resistência Feminina. **XV Encontro Regional de História**. Ofício do historiador: ensino e pesquisa. Anais, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337815812_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2012.pdf. Acesso em 01 jul. 2024.

Recebido em 28 de novembro de 2023

Aceito em 29 de janeiro de 2024